

Leituras ecológicas de textos literários

Por Elda Firmo Braga

...la ecocrítica busca mediar entre los autores, sus textos, la biosfera y el lector, estableciendo críticamente las conexiones y puentes de enlace entre el sujeto y el entorno. (OSTRIA GONZÁLEZ, 2008)

Embora os estudos das relações existentes entre homens, animais e demais elementos da natureza sejam anteriores ao século XIX, foi somente em 1866 que surgiu o termo “ecologia”, criado pelo biólogo e filósofo alemão Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919). A palavra ecologia deriva das gregas “oikos” e “logia”. A primeira etimologicamente remete a casa ou a morada e a segunda a estudo. Assim sendo, a partir da formação desse vocábulo, poderíamos afirmar que um dos possíveis significados para ecologia seria o estudo da morada. Nessa perspectiva, a natureza é percebida como a casa de todos.

Atualmente uma grande parte da humanidade possui um perfil atrelado ao paradigma civilizatório ocidental e aos valores da ordem vigente, como também não sente parte do espaço natural e não percebe a integração de sua vida à de outros seres vivos, pois ainda vê a natureza a distância como se fosse algo alheio ao seu cotidiano, ou se somente servisse como um elemento utilitário, acreditando que as alterações e intervenções realizadas em seu meio são necessárias para suprir sua própria vontade e, muitas vezes, a sua ganância.

Essa questão não é puramente uma manifestação dos tempos modernos. Durante vários séculos, desde a Antiguidade, países ocidentais possuem uma ideologia predominantemente fundamentada na exploração da natureza. Entretanto, com o advento das instituições cristãs, esse domínio ganha força, pois é o momento em que surge uma valorização da vida humana motivada pelo cristianismo e pela propagação da visão do homem como o único ser privilegiado para herdar a natureza e a vida eterna. Não obstante, os humanos acreditavam que eram sagrados, pois, diante de uma infinidade de seres existentes na terra, eles se consideravam o único digno de sobrepujar os outros e transcender após a morte.

Dissemina-se a idéia de que Deus criou os animais com a finalidade de servir ao homem como alimento e força de trabalho. Os animais não pertencentes a essas categorias também prestavam algum benefício, como alguns felinos vistos como exemplo de força, coragem, vigor ou pássaros, os quais produziam regozijo pela sua beleza e canto melódico. Assim sendo, acreditavam que “todo animal estava (...) destinado a servir de algum propósito humano, se não prático, pelo menos moral ou estético (...) todas as espécies inferiores tinham sido feitas para servir os propósitos humanos” (THOMAS, 1989, p.24).

As plantas também existiam para servir à humanidade, por isso muitos cientistas se dedicavam a desvendar a utilidade e benefício de cada vegetal, fosse para servir de alimento, de remédio ou outra finalidade. Já que cada elemento encontrado na natureza tinha um valor prático para o homem, seria preciso, então, descobri-lo.

Durante muito tempo a herança divina era a justificativa para a percepção do homem ocidental como detentor de poder absoluto sobre a natureza e toda espécie cuja vida não fosse humana, pois esse domínio foi pautado na crença de que a humanidade é a criação mais importante de Deus, por isso ocuparia um lugar de destaque diante dos outros seres, representando a primeira ordem dentro do espaço natural.

O homem desmatou e queimou florestas, matou animais somente por esporte, alterou rios, aterrou pântanos, causando as mais diversas formas de intervenção na natureza para atender às suas próprias necessidades. Na medida em que se propagou a supremacia do ser humano diante do mundo natural, consagrou-se uma forte hierarquia representada pelo domínio sobre o meio ambiente.

No século XVII, ganharam destaque as teorias de Descartes (1596-1650), para quem todas as coisas existentes na terra eram mecânicas. Portanto, a natureza atuaria da mesma forma que um relógio funciona, inclusive os seres humanos, embora se diferenciasses das demais vidas por possuírem alma.

Segundo Descartes, o universo dividir-se-ia em duas partes: em uma encontrava-se o homem – constituído de alma ou espírito, matéria e intelecto – enquanto na outra, encontravam-se as demais vidas – formadas somente pela física e matéria. Nessa perspectiva, com exceção da humanidade, todas as demais vidas presentes na natureza não sentiriam dor, alegria, prazer, da mesma forma que os objetos mecânicos

não possuiriam qualquer tipo de sentimento. Segundo Capra, essa visão mecanicista de mundo:

...dominou a nossa cultura por várias centenas de anos, durante as quais modelou nossa moderna sociedade ocidental e influenciou significativamente o restante do mundo. Esse paradigma consiste em várias idéias e valores entrincheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, a visão do corpo humano como uma máquina, a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso material ilimitado, a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico (CAPRA, 1996, p.16).

No começo do Iluminismo, acreditava-se que finalmente o homem havia conseguido dominar todas as espécies de vida presentes no mundo natural. A crença na supremacia sobre os animais se configurava pela caça daqueles vistos como selvagens, pelo extermínio dos considerados nocivos ou predadores¹ e pela domesticação dos demais.

No final do século XVIII, a Revolução Industrial foi responsável pelo crescimento da exploração de matéria-prima e de recursos naturais. A industrialização promoveu o afastamento do homem da paisagem rural ao levá-lo para o espaço urbano. Essa mobilidade deu origem a um sentimento nostálgico causado pela falta do contato com a natureza.

Na mesma proporção em que aumentavam as fábricas, crescia também o interesse em criar algo que pudesse reaproximar as pessoas ao mundo natural. Nesse momento, surge a febre pela jardinagem em muitas partes da Europa, principalmente na Inglaterra (THOMAS, 1989).

A industrialização, conforme vem se realizando nos últimos séculos, é uma das principais responsáveis pelo crescimento da destruição, do desequilíbrio da natureza e por quase todas as formas de ameaça ambiental, como a exploração de recursos naturais, a expansão agropecuária e o uso de produtos tóxicos em alimentos, cujo resultado tem sido a poluição e o envenenamento do solo, da água e do ar. Além disso, o modelo extrativista promove queimadas, desmatamentos, alteração de relevo, interferência na geologia e na hidrografia, dentre outros danos ambientais.

No início da segunda metade do século XX, começaram a ser divulgados os primeiros estudos sobre as consequências desastrosas da exploração intensa de recursos

¹ Os mais variados tipos de insetos, alguns pássaros e outros animais, como o coelho, que ousavam tocar na lavoura de algum agricultor.

naturais. Pode-se dizer que se iniciava a consciência de que era preciso reagir aos possíveis impactos que essa visão e atitude predatória provocariam.

Com objetivo de questionar a forma violenta de exploração da natureza, surgiram vários grupos de defesa do meio ambiente considerados como “ambientalistas” ou “movimentos ambientais”. A plataforma principal desses grupos está fundamentada na luta pela diminuição gradual da exploração de recursos naturais, preservação de animais em via de extinção e de ambientes naturais ainda existentes.

Como alternativa à agressiva exploração do espaço natural, o movimento ambiental defende formas sustentáveis de desenvolvimento que possam atender às necessidades humanas. Não obstante, a luta desses grupos centraliza-se nas questões ambientais, permanecendo o lado social relegado e quase esquecido.

Não podemos nos esquecer de que o modelo civilizatório vigente tem uma grande parcela de responsabilidade pelos problemas atuais. A crise ambiental, tal como vem ocorrendo desde as últimas décadas do século XX e início do XXI, foi gerada essencialmente por sua forma de produção baseada em um sistema capitalista, no qual somente o lucro financeiro é visto como meta.

O Ocidente e parte do Oriente, como a China, nação considerada atualmente como a principal poluidora do planeta, investem cada vez mais na intervenção na natureza ao visarem à exploração predatória de recursos naturais, sem se importarem com os prejuízos causados ao meio ambiente e à população local, como esgotamento do solo e contaminação da água. Todos os excessos cometidos por essa busca desenfreada e infinita de recursos naturais são nocivos, na medida em que causam grandes impactos no mundo natural a ponto de colocar a vida na Terra em risco.

As consequências são muitas, pois o modelo de desenvolvimento atual gera grandes problemas por sua ação violenta contra o meio ambiente, causando destruição descontrolada e interferência na qualidade de vida humana e não humana. O mais grave nos dias de hoje é que os problemas gerados pela destruição da natureza não são mais locais, pelo contrário, todo tipo de danos causados ao espaço natural contribui para uma série de prejuízos ambientais, como as alterações climáticas e extinção de animais e plantas, entre outros, de forma global.

Portanto, é necessário pensar em ações que visem aumentar a qualidade de vida de todos no mundo, pois como assinala Capra (1996): “há soluções para os principais

problemas de nosso tempo (...). Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores” (p.14). Para tanto, é preciso que haja uma mudança da atitude humana diante da natureza, no sentido de minimizar os prejuízos causados ao meio ambiente.

É preciso questionar o modelo civilizatório atual e pensar em novas alternativas, em um novo paradigma diante da natureza que leve a “uma nova compreensão científica da vida em todos os níveis dos sistemas vivos – organismos, sistemas sociais e ecossistemas” (CAPRA, 1996, p.14). Assim sendo, a relação sociedade/natureza pode determinar ou não a consciência ambiental, pois é a maneira como a humanidade percebe o seu entorno que definirá o seu grau de respeito a seus semelhantes e a outros seres vivos existentes no espaço natural.

Como se poderia reverter essa mentalidade de domínio do homem sobre a natureza? Um dos caminhos encontrados é o investimento na subjetividade dos seres humanos, juntamente com o estímulo à reflexão sobre aspectos sociais e ambientais. Nesse sentido, os estudos literários realizados sob uma perspectiva ecológica podem oferecer uma grande contribuição para despertar a sensibilidade, pois “levar a literatura à ecologia (...) é unir dois princípios de criatividade para que seres humanos ajam em concerto com o resto da biosfera” (RUECKERT, 1996, p.119).

Essa união também é uma forma de (re)aproximar a cultura da natureza, porque durante muito tempo pensou-se que para ser culto era preciso eliminar o mundo natural, considerado como sinônimo de inculto, pois onde existia natureza não havia cultivo e quem não cultivava era inculto (THOMAS, 1989). Atualmente essa mentalidade persiste, perdurando o pensamento de que para haver desenvolvimento seria preciso destruir o ambiente natural; até hoje vigora a idéia de que o progresso e o desenvolvimento são antagônicos à concepção de respeito e valorização da natureza.

Inicialmente pode parecer que literatura e ecologia não possuam vínculos e um dos motivos que contribuem de alguma forma para tal entendimento ocorre porque os estudos ecológicos se voltaram por muito tempo “apenas para o registro ambiental, sem considerarem que as relações entre os seres humanos e o meio ambiente envolvem, necessariamente, as relações sociais e a construção das subjetividades” (SOARES, 2009).

Atualmente as questões ecológicas não estão mais restritas à Biologia, à Geografia ou a outras ciências mais específicas. Há algum tempo os estudos ecológicos se tornaram interdisciplinares. Uma prova desse fato é que no Brasil um dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* – documentos que regem o ensino fundamental e podem ser aplicados ao ensino médio – é o de Meio Ambiente. Ele está inserido nos PCN de *Temas Transversais* e propõe abordar a temática ecológica e ambiental em todas as disciplinas que fazem parte da grade curricular das escolas brasileiras, inclusive no ensino de literatura:

Para que os alunos construam a visão da globalidade das questões ambientais é necessário que cada profissional de ensino, mesmo especialista em determinada área do conhecimento, seja um dos agentes da interdisciplinaridade que o tema exige. A riqueza do trabalho será maior se os professores de todas as disciplinas discutirem e, apesar de todo o tipo de dificuldades, encontrarem elos para desenvolver um trabalho conjunto (BRASIL/SEF.PCN T.T., 1998, p.27).

Estudos literários baseados em uma abordagem ecológica ou que objetivam fazer uma reflexão sobre como a natureza é retratada e de que forma os seres humanos se relacionam com o espaço natural, como também diversos eventos e atividades com tal caráter foram elaborados e organizados há várias décadas. No entanto, o primeiro registro do termo ecocrítica data de 1976. Encontra-se no ensaio *Literatura e ecologia – um experimento em ecocrítica*² de William Rueckert, que entende por ecocrítica “o emprego da ecologia e seus conceitos ecológicos ao estudo da literatura” (RUECKERT, 1996, p.107) e propõe uma crítica literária com base ecológica, a exemplo do estudo da literatura alicerçado nas Ciências Humanas.

Rueckert (1996) considera que a literatura é relevante para a humanidade por ser uma fonte de energia inesgotável que é transmitida e disseminada por meio da interação entre texto e leitor, pelo diálogo estabelecido com a ecologia, unindo as questões literárias às ecológicas e por combater os valores antiecológicos como a dicotomia, o dualismo, a polarização e a destruição, ancorados nas manifestações sociais dominadoras ou repressivas. Capra (1996) caracteriza tais dominação e repressão como “o patriarcado, o imperialismo, o capitalismo e o racismo (...) exemplos de dominação exploradora e antiecológica” (p.18).

Diante desse contexto, o crítico literário deveria ter a plena consciência da natureza em nós e da integração entre humano e não humano. Para tanto, seria

² Título original: *Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism*.

necessário perceber a ecologia através de determinados caminhos como o da construção do diálogo entre o pensamento ecológico e a criação literária e o da percepção das significantes contribuições da literatura nesse sentido.

Para Rueckert (1996), a linguagem literária não é apenas um exercício de compreensão linguística, senão uma energia estética e ética que pode tocar as pessoas e o mundo por estar repleta de imaginação criativa, originada por sua força poética e verbal.

Sendo assim, a literatura tem o poder de investir no subjetivo, para transformar a sensibilidade humana, mas também de atuar na dimensão social e ambiental, propondo uma reflexão sobre mudanças e uma nova concepção de mundo, pois a arte da palavra pode se constituir em um importante espaço de resistência contra a opressão social, mas também de incentivo a uma prática ecológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Elda Firmo. **Literatura e Ecologia - A pentalogia "La Guerra Silenciosa" de Manuel Scorza**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. 242p.

BRASIL/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – Temas Transversais de Meio Ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 11. ed., Campinas: Papyrus, 2001.

OSTRIA GONZÁLEZ, Mauricio. Una lectura ecocrítica de textos huidobrianos. **Anales de literatura chilena**, Santiago de Chile, 2008, Año 9, n. 9.

RUECKERT, William. Literature and ecology: an experiment in Ecocriticism. In: GLOTFELTY, Cheryl; FROMM, Harold; eds. **The ecocriticism reader – landmarks in literary ecology**. Athens / London: Univ. of Georgia Press, 1996. Tradução para o português inédita de Marcela Leite Medina.

SOARES, Angélica. Ecofeminismo e literatura: diálogos possíveis na poesia de Maria Teresa Horta e Olga Savary. In: **Lusorama – Revista de Estudos sobre os países de Língua Portuguesa**. Frankfurt: DEE, 2009, n. 79-80.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Tradução de João Roberto Martins Filho. 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1989.